

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A segunda tragédia no Rio Grande do Sul



Reprovadas até aqui no teste da superação das diferenças em nome do bem comum, lideranças políticas protagonizam gestão confusa da crise, que tornará mais lenta recuperação do Estado

Nos primeiros dias após o Rio Grande do Sul ser atingido por uma tragédia climática e humana sem precedentes, autoridades dos Três Poderes deram uma demonstração de que pareciam ter compreendido a gravidade do momento. A ida do presidente Lula da Silva ao Estado comandado pelo governador Eduardo Leite (PSDB-RS), acompanhado de ministros, dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e do Tribunal de Contas da União, Bruno

Dantas, além do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, prenunciava uma grandeza possivelmente inédita: a concertação entre distintas instâncias de poder e lideranças políticas, algumas delas atravessadas por diferenças ideológicas e partidárias. Tratava-se de uma união de esforços compatível com o ineditismo das adversidades. Como este jornal sublinhou em editorial na ocasião, o imperativo da solidariedade obrigava os envolvidos a deixar as diferenças de lado e a unir esforços para ajudar os gaúchos (A tragédia que move o

País, 7/5/2024).

Mas esse clima de distensão e cooperação durou pouco. Se as lideranças políticas do País precisavam passar por um teste para mostrar sua capacidade de superação das diferenças e das ambições eleitorais em nome do bem comum, que é o fim último da política numa democracia digna do nome, não resta dúvida: passaram, e foram reprovadas. Pelo que se viu nos últimos dias, uma gestão errática da crise completou o caos das cidades gaúchas. O primeiro alerta vermelho, recorde-se, foi emitido em 29 de abril, as autoridades viajaram juntas na primeira semana de maio e até aqui ainda nem sequer existe uma central de gerenciamento de crise na qual os três níveis de governo e os Três Poderes possam se encontrar e tomar decisões. Ao contrário, as ações parecem regidas por desconfiança e críticas mútuas e uma assombrosa disputa por protagonismo.

Enquanto o governo de Lula da Silva resolveu criar uma exótica autoridade federal no Estado – sem comunicar previamente o governador Eduardo Leite e nomeando para o cargo, na caradura, um pré-candidato à sucessão do tucano –, bolsonaristas atacam o governo federal e a esquerda põe o dedo em riste contra o governo estadual. É flagrante a falta de coordenação entre as prefeituras, o governo estadual e a Presidência da República, numa relação adornada por demagogia, despreparo e desinformação. Para completar, um tiroteio generalizado nas redes sociais, com difusão de mentiras e distorções da realidade

que, se não provocam danos na mesma escala dos estragos causados pelas chuvas, mina o esforço nacional para ajudar o Rio Grande do Sul. Algo bem diferente do que se viu, por exemplo, na tragédia provocada pelas chuvas no litoral norte de São Paulo, quando prefeitos da região, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e o presidente Lula demonstraram união e capacidade de coordenação exemplares.

O mais grave é constatar que a desorganização de agora se dá diante de obstáculos ainda maiores, incluindo um desafio inaudito: reconstruir uma unidade inteira da Federação, destruída como se tivesse enfrentado uma guerra – que devastou praticamente toda a sua infraestrutura, deixou cidades completamente ilhadas, interditou pontes e estradas, deixou o principal aeroporto fechado por tempo indeterminado e prejudicou o fornecimento de água, energia elétrica e alimentos. E ainda nem é possível dizer qual a real extensão dos estragos e do esforço necessário para repará-los.

A confusão instalada nestes dias sombrios demonstra que nem mesmo a premente necessidade de salvar os gaúchos foi capaz de desarmar os ânimos palanqueiros. E, enquanto se calculam os prejuízos e os imensos aportes necessários para a reconstrução, os líderes políticos que deveriam estar cooperando desinteressadamente para acelerar o processo de recuperação do Rio Grande do Sul estão fazendo outro tipo de cálculo: quantos votos sua atuação na crise lhes dará nas próximas eleições. ●

As lições negligenciadas da Ásia

'Milagres' econômicos são consequências naturais da valorização da educação e do livre mercado. Mas os conflitos geopolíticos estão fazendo o mundo esquecer dessa preciosa lição

Nunca na história humana o bem-estar se massificou tão velocemente quanto no pós-guerra fria. Desde 1990, a população mundial na extrema pobreza caiu de 40% para 8%; a mortalidade infantil, de 9% para 3%; o analfabetismo, de 25% para 13%; e a expectativa de vida subiu de 64 anos para 73. O motor, como mostrou uma série do *Estado*, foi o "milagre asiático". Mais de 70% dos miseráveis do mundo eram asiáticos, hoje são 25% – uma queda de 1,6 bilhão para 166 milhões. Os jovens no Pacífico e no Sul estão entre os mais educados do mundo. O impulso começou no Japão do pós-guerra, foi emulado pelos "tigres" (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura) e depois se espalhou pela China e por países com culturas e regi-

ões diversos como Bangladesh, Índia, Vietnã e Índia.

Diz-se "milagre" entre aspas, para caracterizar os efeitos espetaculares da transformação, mas as causas nada têm de sobrenaturais. "Ao longo do tempo, (essas nações) adotaram políticas de abertura ao comércio e investimentos, facilitaram a modernização agrícola e a transformação industrial, apoiaram o progresso tecnológico, investiram em educação e saúde, mobilizaram altos níveis de poupança doméstica para investimentos produtivos, promoveram o desenvolvimento da infraestrutura, perseguiram sólidas políticas macroeconômicas e implementaram políticas de redução da pobreza e inclusão", concluiu Takehiko Nakao, ex-presidente do Banco de Desenvolvimento da Ásia, no estudo *Viagem da Ásia à Prosperida-*

de. Sintetizando: é a igualdade de oportunidades por princípio; a educação por base; o livre mercado por meio; e o progresso social por fim.

Em 1955, a Coreia do Sul era mais pobre que a do Norte. Hoje é 20 vezes mais rica. Taiwan era só um pouco mais rica que a China. Quando o tirano Mao Tsé-tung morreu, em 1976, era quatro vezes mais. Então, Deng Xiaoping liberalizou a economia comunista, e o resto é história.

Mas as últimas duas décadas foram turbulentas: terrorismo islâmico, a crise financeira, o confronto EUA x China, a pandemia e as guerras na Europa e no Oriente Médio. "Tudo isso contribuiu para um novo senso de vulnerabilidade e uma suspeita renovada de uma economia mundial aberta", diagnosticou Johan Norberg no livro *O Manifesto Capitalista*. "Isso inspirou um desejo por líderes fortes e governos grandes para nos proteger de um mundo perigoso. As negociações na Organização Mundial do Comércio foram paralisadas, seu mecanismo de resolução de disputas foi sabotado pelos EUA e, depois da crise financeira, a parcela do comércio no PIB parou de crescer pela primeira vez desde a 2.ª Guerra. A liberdade econômica global estagnou e a onda de democratização se encerrou num refluxo autoritário". Na China as reformas estão sendo revertidas. No Ocidente, populistas à esquerda e à direita vendem

mais proteção e intervenção do Estado.

Mas tão pedagógicos quanto os exemplos asiáticos são os contraexemplos latino-americanos. Em 40 anos os "tigres" cresceram 10 vezes mais que, por exemplo, o Brasil. "Muitos estudiosos, especialmente de fora da Ásia, tendem a superestimar o papel de uma intervenção forte do Estado. Mas o sucesso da Ásia se baseou essencialmente nos mercados e no setor privado como motores do crescimento. As economias começaram a crescer mais rápido quando as políticas mudaram da intervenção estatal para a orientação do mercado, enquanto os governos continuaram a exercer alguns papéis proativos", diz Nakao.

Ocasionalmente, os asiáticos se valeiam de tarifas, subsídios, créditos preferenciais ou incentivos tributários para apoiar a industrialização, estratégias que podem ser eficazes, especialmente em estágios iniciais de desenvolvimento. No entanto, "se mal empregadas, levam ao patrimonialismo, à competição injusta e à ineficiência", lembra Nakao. "Políticas industriais têm mais chances de ser eficientes quando promovem a competição e são implementadas com transparência, metas claras e prazos para acabar." Essa parte da lição os latino-americanos negligenciaram e o mundo se inclina a negligenciar. O crescimento ridículo da América Latina prova que o custo será alto. ●